



PARECER DE REGULARIDADE DE PROCESSO LICITATÓRIO

Controle Interno da Prefeitura Municipal de Melgaço

Página | 1

Ementa: Inexigibilidade de Licitação nº DL-004/2018/SELIC-PMM. **Objeto:** LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO PARA INSTALAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELGAÇO. **Assunto:** Parecer do Controle Interno. **Interessado:** A própria Administração.

DO RELATÓRIO:

A Prefeitura Municipal de Melgaço promoveu processo licitatório visando a LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO PARA INSTALAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELGAÇO, a partir da requisição expedida pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO mediante MEMORANDO Nº 002/2018 em 03/01/2018.

O Processo Administrativo veio instruído conforme indicado a seguir:

Capa de Processo, com a respectiva numeração, indicação do interessado e encaminhamentos, **fls. 001;**

Protocolo do Setor de Licitações, recepcionando o pedido de abertura de licitação, **fls. 002;**

MEMORANDO Nº 002/2018-SEMAD-PMM, expedido pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO solicitando o objeto, **fls. 003**

Termo de Referência, contendo, dentre outros, todos os elementos necessários e suficientes para caracterizar o objeto da contratação, bem como o valor da despesa a ser consumido com a pretendida contratação, trazendo um orçamento estimado da ordem de R\$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais), anexado da **Pesquisa de Preços e do Orçamento Estimado**, **fls. 004 a 011;**

Despacho do Ordenador de Despesas, endereçado ao Departamento de Contabilidade, à Assessoria Jurídica e ao Setor de Licitações para as devidas providências cabíveis, **fls. 012;**

Certidão de Dotação Orçamentária, informando a existência de recursos necessários a suportar a contratação, **fls. 013;**



Parecer Jurídico Preliminar, sugerindo a melhor modalidade de licitação a ser empregada no caso em tela, **fls. 014 a 020;**

Declaração de Adequação da Despesa, expedida pelo Gabinete do Prefeito, informando a estimativa de impacto orçamentário-financeiro e a compatibilidade da despesa com o PPA, LDO e LOA (quando for o caso), conforme arts. 15, 16 e 17 da LRF, **fls. 021;**

Autorização para Abertura de Processo Licitatório, autorizando a Comissão Permanente de Licitação a prosseguir com o certame, **fls. 022;**

Portaria de Nomeação da Comissão, anexação da Portaria que nomeia a Comissão Permanente de Licitação, **fls. 023;**

Autuação de Processo Licitatório, indicando a modalidade e o nº da licitação, bem como o fulcro legal da mesma, **fls. 024;**

Ofício de Encaminhamento das Minutas do Edital e do Contrato/ARP à Assessoria Jurídica para análise e parecer, **fls 025;**

Minuta de Edital, expedido e encaminhada ao Departamento Jurídico para análise e aprovação, **fls. 026 a 036;**

Parecer Jurídico (Laudo de Análise Técnica), atestando a legalidade do processo, bem como aprovando a minuta de edital e autorizando o prosseguimento do certame, **fls. 037 a 041;**

Aviso de Licitação, **fls. 042;**

Edital (e Minuta do Contrato), íntegra do instrumento normativo do certame, **fls. 043 a 053;**

Atos da Sessão de Abertura com a **Juntada de Documentos**, íntegra dos documentos relativos ao Credenciamento, à habilitação e à proposta de preços da licitante escolhida no processo, **fls. 054 057;**

Ata do Certame, contendo as minúcias do ocorrido na Sessão Pública, **fls. 058;**

Parecer da Comissão, a respeito do resultado obtido, **fls. 059;**

(Termo de Adjudicação, constando o objeto ao licitante vencedor, **fls. 001), não fazendo parte desta presente modalidade**

Parecer Conclusivo, expedido pelo Departamento Jurídico, não vislumbrando óbice legal ao presente procedimento, viabilizando a respectiva homologação do feito, **fls. 060 a 065.**



E, para a confirmação/verificação da legalidade e regularidade desta segunda fase da licitação (fase externa), antes de sua homologação e finalização pela autoridade competente, é que solicita o Pregoeiro/Presidente da CPL desta municipalidade o parecer deste Controle Interno.

É o Relatório.

Página | 3

DO PARECER:

O processo está em ordem e obedece às disposições da Lei Federal nº 8.666/93.

Já analisados os procedimentos realizados até a elaboração do edital, verifica-se que a **publicidade** se mostrou plenamente garantida, já que foi divulgado o aviso de licitação nos meios legais disponíveis, preenchido assim o requisito exigido pelo artigo 21, da Lei nº 8.666/93, excetuando-se os casos de inexigibilidade e dispensa.

Designada sessão para recebimento e análise de propostas comerciais e documentos de habilitação, para o dia 05/04/2017, a comissão, liderada pelo seu presidente, as recebeu, estando todas as propostas e todos os documentos plenamente rubricados, conforme determina o §2º, do art. 43, da Lei Federal nº 8.666/93.

De acordo com a ata da sessão foi credenciada a seguinte licitante:
VANESSA RODRIGUES RIBEIRO.

Conforme determina o art. 43, da Lei Federal nº 8.666/1993, os Membros da CPL procederam regularmente ao recebimento da documentação, habilitação e propostas, à análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Foram rigorosamente observados os prazos legais, inclusive para interposição de recursos, sendo, em verdade este direito renunciado pelos licitantes, conforme se verifica na Ata de Realização do Certame.

Foi então declarada vencedora a proposta apresentada pelo Sr. **VANESSA RODRIGUES RIBEIRO**, após o devido trâmite, o que levou a sua ADJUDICAÇÃO ao objeto do certame, respeitadas as determinações correspondentes previstas no inciso VI, do art. 43, da Lei Federal nº 8.666/93.

Diante da análise ora realizada, conclui-se pela **REGULARIDADE DO PROCESSO**, por encontrar-se completo e plenamente de acordo com a legislação afeta



à matéria, estando em plena condição de ser homologado por Sua Excelência, o Prefeito Municipal.

É o PARECER que submetemos à superior consideração.

Página | 4

Melgaço/PA, 08 de janeiro de 2018.

MARTA APARECIDA PARANHOS
Controladora Interna

